

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 159 - Junho de 1979

EDITORIAL

A força da unidade

A ditadura começou a apresentar sinais de declínio antes da ida de Geisel para o poder. Prova disto foi a própria política de «distensão» do regime, ou seja, seus esforços para sobreviver, para institucionalizar o *status quo*, manter a correlação geral de forças sociais e políticas que se estabeleceu depois de 64. Evidência ainda mais significativa foi o difúvio oposicionista nas eleições de 1974, que confirmou os piores temores das forças no poder.

A ditadura passou os quatro primeiros anos se consolidando — embalada pela dinâmica do golpe — e os quatro seguintes intensificando a fascistização do país. Mas foram também oito anos em que ela não dispôs jamais do consenso da maioria da população, e ao cabo dos quais o alastramento da resistência popular e democrática começou a colocar em xeque a viabilidade do «sistema», aumentando sempre seu isolamento, acentuando e gerando fraturas no bloco do poder.

Pode até acontecer que a ditadura, por mera coincidência cronológica, leve outros oito anos para ser derrotada e substituída por um regime onde vigorem as liberdades democráticas. A rigor, isto não é impossível. Mas a verdade é que ninguém pode afirmar quando isto vai acontecer. O que se pode afirmar é que a ditadura ainda está aí, embora o país — graças às vitórias e aos espaços conquistados pelo movimento popular e democrático — não seja mais o mesmo. Pode-se igualmente afirmar que a luta para liquidar a ditadura vem sendo um processo longo, difícil e complexo.

O voluntarismo e a miopia política, estimulados pela propaganda que o «sistema» aprendeu a desenvolver, com as facilidades do poder (e que poder!), estão levando porém, mais uma vez, à ilusão de que a ditadura acabou. Fala-se, por exemplo, na «reformulação partidária» como se já não existisse a necessidade de manter — e ampliar — a unidade das forças antiditatoriais e democráticas. Há oposicionistas mais preocupados em proclamar os defeitos do MDB (que dependem também da ação de quem está, ou não está mas deveria estar, no MDB) do que em valorizar suas virtudes.

O que está em curso, em matéria de reformulação partidária, é a tentativa dos defensores e beneficiários do regime de dar à luz, com paramentos de legitimidade institucional, um aleijão. Se a coisa continuar assim, ou seja, do jeito que a ditadura quer, não

marcharemos para uma verdadeira liberdade partidária, mas apenas para a substituição da atual camisa-de-força da legislação partidária da ditadura, que tem lugar para dois, por uma camisa-de-força com lugar para quatro ou cinco.

Os prejuízos seriam então enormes: a luta para derrotar a ditadura se tornaria ainda mais longa e mais difícil. O deputado Rafael Baldacci, homem do regime, colocou o problema cruamente quando afirmou que «a extinção dos atuais partidos é a única solução para evitar grave crise institucional em 1982, quando o MDB deveria, por eleições diretas, grande parte dos governos estaduais». Têm razão, portanto, todos os que defendem a preservação e o fortalecimento do instrumento de que se dispõe hoje, no terreno político-parlamentar, para lutar contra o arbítrio. Entre os quais, em posição destacada, o deputado Ulysses Guimarães, que vem sofrendo, não por acaso, ataques mal-intencionados e/ou injustificados.

Sejamos claros: ninguém vai ter a pretensão de nos acusar, a nós, comunistas, de estar querendo «disfarçar as diferenças ideológicas» que há no seio do MDB. O nosso problema é saber, pura e simplesmente, o que é melhor, mais eficaz, mais rápido para acabar com a ditadura. Lutamos pela unidade do MDB — uma frente de oposições legitimada pelo voto popular — até o dia em que ele tenha esgotado esse seu caráter. Neste momento, quando houver liberdade política, cada força, cada corrente, cada cidadão examinará o que lhe convém fazer em matéria de organização partidária, sem perder de vista, é claro, que a unidade das forças democráticas continuará sendo vital. O problema, hoje, é chegar lá, e não fazer de conta que já chegamos lá.

Os que querem uma nova legislação partidária imposta de cima para baixo, pelo arbítrio do regime, são os mesmos que não querem a anistia ampla, geral e irrestrita. São ainda, de um ponto de vista de classe, os mesmos que recomencem a achar a ditadura excelente quando os assalariados se põem em movimento para defender o poder aquisitivo de seus ordenados. São os que trabalham para minar a unidade do movimento sindical e impedir que ele assuma dimensões nacionais. São os que gostariam de truncar o processo de reconstituição da União Nacional dos Estudantes. São os que põem bombas em teatros. Será que não dá para perceber?

Rumo à convocação do VII Congresso

A publicação dos documentos aprovados no pleno do Comitê Central de maio último ocupa a maior parte deste número da *Voz Operária*.

Nas páginas 3, 4, 5 e 6, publicamos, com entre-títulos da redação, a Resolução Política. Em sua introdução, o CC afirma que «os últimos meses caracterizam-se por uma sucessão de significativas vitórias do movimento de oposição à ditadura militar-fascista e por um acentuado recuo político do regime, que confirmam a tendência ao desenvolvimento do processo político num sentido favorável às forças democráticas e ao movimento popular».

A resolução, depois de ressaltar que a situação criada no país demonstra o acerto das linhas essenciais da Resolução Política do VI Congresso, reafirma que «nossa tática principal permanece sendo a luta pelas liberdades democráticas, o que exige a consolidação das vitórias obtidas e sua ampliação».

No último capítulo, o CC lembra que «adotou em 1973 as medidas necessárias à convocação do VII Congresso do Partido, que não se realizou em virtude dos golpes que sofremos», e resolve «tomar as medidas necessárias à convocação do VII Congresso do PCB», conclamando «todos os militantes a um grande esforço para a transformação dessa tarefa num acontecimento da maior expressão na vida do Partido, da classe operária e de todo o povo brasileiro». O processo do VII Congresso, desde a sua preparação, representará sem dúvida um fator de impulsionamento da ação política, da organização e da unidade das fileiras do Partido.

Nas páginas 7 e 8, publicamos um resumo da resolução «A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB» e a Plataforma de Luta pela Igualdade de Direitos da Mulher. A resolução sobre o trabalho do Partido entre as mulheres (segunda que é aprovada pelo CC desde a fundação do Partido, e que 25 anos separam da anterior) é publicada integralmente em suplemento ao presente número da *Voz Operária*. Ler e estudar atentamente, e discutir o documento produzido pelo CC é o passo inicial para abrímos, mulheres e homens do PCB, o amplo debate proposto pelo CC com o objetivo de «eliminar as falsas concepções sobre o assunto, entre as quais se destaca a de que é «natural» a situação de inferioridade da mulher na sociedade e, por extensão, também dentro do Partido», e pôr fim à subestimação dessa frente de trabalho de fundamental importância.

O CC aprovou ainda uma mensagem dirigida ao CC do PCUS para assinalar a assinatura próxima dos Acordos Salt-2 como «mais uma vitória da tradicional política de paz da União Soviética, que contribui para o avanço da distensão internacional e da luta pelo desarmamento geral», e uma denúncia da tentativa de golpe desencadeada pela reação na Colômbia, que publicamos na página 6.

Povos da América Central lutam contra ditaduras

A capital do país, Managua, e várias outras cidades importantes em chamas, o ditador que manda seus cães de guarda massacram a população sem contemplação: repete-se, em meio à disposição do povo de vencer, que dá sentido ao sofrimento, a epopéia cujo título genérico seria «Os últimos dias».

Tudo indica efetivamente que o povo nicaraguense, dirigido pela Frente Sandinista, está perto de alcançar a liberdade. O carrasco só se manteve no poder até aqui graças ao apoio dos EUA (cujos dirigentes começam a entrar em pânico) e aos armamentos fornecidos pelo Estado de Israel.

O presidente Carter, decididamente, tem uma larga visão do problema dos direitos do homem no mundo. Seus horizontes são tão vastos que ele não consegue enxergar o que se passa pouco abaixo da fronteira de seu país, naquilo que os americanos já chamaram de seu «quintal».

Houve quem falasse em «guerra civil». Guerra civil, quando um povo inteiro luta contra um gângster? Na verdade, quem tem interesse em turvar a realidade dos fatos é Washington, cujos dirigentes sentem frio na espinha com a idéia de que os povos da Nicarágua, Guatemala, El Salvador e Honduras consigam derrotar as respectivas ditaduras e estabelecer regimes democráticos sob cuja vigência seja possível acabar com os fabulosos privilégios das companhias norte-americanas. A lembrança da queda do Xá do Irã é muito viva e recente.

Nos quatro países mencionados da América Central, a situação é de grande tensão. Basta lembrar o terrível massacre da catedral, na capital de El Salvador, e a recente onda de prisão de democratas — inclusive dirigentes comunistas — em Honduras. Se o tipo de regime vigente na Nicarágua — a ditadura unipessoal — é o mais intolerável no mundo de hoje, os regime de seus vizinhos,

onde as intervenções e golpes militares se sucedem, estão igualmente em contradição crescente com o nível de consciência de vastos setores das populações. Populações que vivem na miséria, para que sejam preservados os privilégios de algumas famílias e das multinacionais que operam na região.

A resistência está se generalizando na América Central, na medida em que as massas fazem sua irrupção na História. Um parlamentar norte-americano já afirmou que, perto do que está para eclodir na Guatemala, o processo da Nicarágua empalidecerá.

Aos povos irmãos da América Central, a solidariedade dos comunistas brasileiros, que, junto com as demais forças progressistas e democráticas, lutam para liquidar a ditadura e estabelecer um regime capaz de garantir uma política exterior que sirva aos interesses de nosso povo: Que permita à nação brasileira, portanto, se associar às legítimas aspirações das nações nicaraguense, guatemalteca, salvadorenha e hondurense.

Djanira

Morreu com Djanira uma das personalidades mais ricas da geração de intelectuais e artistas que, face à ascensão do nazi-fascismo e à implantação da ditadura do Estado Novo, não hesitaram em confirmar e aprofundar sua opção em favor do povo.

Opção nunca desmentida, que impregnou sua pintura de profundo sentimento popular, transformando-a num dos símbolos plásticos da cultura brasileira, e que lhe valeu o ódio dos energúmenos que emergiram após o golpe — ela chegou a ser presa em 1964.

Djanira associou sempre à sua arte maravilhosa o combate decidido contra o obscurantismo. É banal dizer que, morta a artista, sua obra permanece cada vez mais viva. No caso de Djanira, porém, há algo mais: o futuro que ela sonhou para o Brasil permitirá que o povo se aproprie de seu trabalho e amplie seu próprio significado. Este é o destino da grande arte.

Pela Anistia

Será realizada em Roma, nos dias 28, 29 e 30 de junho próximo, a Conferência Internacional pela Anistia no Brasil. Contando com o patrocínio da Fundação Lelio Basso, a conferência terá como objetivo principal, segundo seus organizadores, «a expressão da mais ampla solidariedade internacional em apoio à luta do povo brasileiro pela anistia ampla, geral e irrestrita, e pelas liberdades democráticas».

Além da Comissão Executiva Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia, enviarão delegações numerosas entidades representativas de todos os setores da população brasileira. O cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, o presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, estão entre as personalidades convidadas.

Entidades de todos os países europeus, dos EUA, México e Canadá enviarão representantes. O manifesto de convocação da Conferência é assinado por 14 personalidades de projeção mundial, entre as quais o prefeito de Roma, G. C. Argan, o deputado suíço Jean Ziegler, o físico francês Alfred Kastler, Sean McBride, detentor dos Prêmios Nobel e Lênin da Paz e ex-presidente da Anistia Internacional, o linguísta norte-americano Noam Chomsky e o escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez. A presidência executiva do encontro será exercida pelo magistrado francês Louis Joinet e pelo jurista belga François Rigaud.

IX Congresso do PCP: com Portugal pela democracia

«Com Portugal pela democracia» foi o tema do IX Congresso do Partido Comunista Português, o terceiro desde a revolução de 25 de abril de 1974, e que reuniu no início do mês, perto de Lisboa, 1.749 delegados, 58 convidados estrangeiros e milhares de convidados portugueses.

No relatório do CC apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário geral, assinala-se que «a alternativa que o PCP propõe ao povo português, a todos os democratas e patriotas, tem um pressuposto fundamental: o prosseguimento do regime democrático, o respeito pela Constituição».

«Nessa base e só nessa base — prossegue o documento — podem ser resolvidos os

grandes problemas nacionais. As grandes linhas de uma Plataforma para uma alternativa democrática proposta pelo PCP através do presente Congresso indicam um caminho seguro e certo para a solução dos problemas nacionais e para a garantia da democracia e da independência nacional».

Os pontos da plataforma são: 1) estabilidade do regime democrático e respeito pela Constituição; 2) garantia das liberdades e direitos dos cidadãos; 3) dinamização e respeito pelos limites das diversas formações económicas (setor nacionalizado, Unidades Cooperativas de Produção e Cooperativas de Reforma Agrária, empresas em autogestão, pequena produção mercantil, empresas cá-

pitalistas); 4) uma política económica e financeira voltada para o desenvolvimento; 5) defesa e melhoria do nível de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias; 6) reforma do ensino e política cultural ao serviço do povo; 7) unidade das Forças Armadas e estabilidade militar; 8) unidade nacional e integridade territorial; 9) relações de amizade e cooperação com todos os povos do mundo; 10) ratificação de decisões e atuações inconstitucionais e ilegais do governo.

O PCP conta hoje com 164.713 membros, além dos 30 mil militantes da União da Juventude Comunista e da União dos Estudantes Comunistas, o que significa um aumento de 50 mil membros (43%) desde o VIII Congresso, realizado em 1976. As mulheres comunistas portuguesas já são mais de 30 mil (20%). O Comitê Central eleito no Congresso tem 133 membros efetivos e suplentes, dos quais 58 operários e 9 operários agrícolas (totalizando metade do CC), 19 mulheres e média de idade de 39 anos.

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÊ CENTRAL

Os últimos meses caracterizam-se por uma sucessão de significativas vitórias do movimento de oposição à ditadura militar-fascista e por um acentuado recuo político do regime, que confirmam a tendência ao desenvolvimento do processo político num sentido favorável às forças democráticas e ao movimento popular.

A série de greves e manifestações dos trabalhadores e a nova derrota eleitoral do regime no pleito parlamentar de novembro foram os acontecimentos políticos principais que marcaram este período de avanço das forças democráticas.

I - O BALANÇO POSITIVO DAS ELEIÇÕES DE 1978

As eleições de 1974 já haviam mostrado que o povo não se deixava enganar pela política de «distensão». A expectativa arenista de capitalizar eleitoralmente, em 1978, os benefícios da propalada «redemocratização» de Geisel não se materializou, apesar da máquina de propaganda ditatorial, da corrupção desenfreada, das pressões de toda ordem, das intimidações e do emprego, em muitos casos, dos órgãos de repressão. Nem mesmo a «Lei Falcão» — que restringiu o uso do rádio e da TV na campanha eleitoral — impediu a expressão do descontentamento popular. O povo impôs nova derrota à ditadura, mostrando que os resultados das eleições de 1974 e 1976 nada tiveram de fortuito.

Nas regiões de maior densidade populacional e de mais elevadas taxas de urbanização e de concentração do proletariado, a Arena foi fragorosamente derrotada e a classe operária demonstrou outra vez ser a força que mais firmemente se opõe à ditadura.

O instrumento partidário legal do conjunto das forças oposicionistas, o MDB, saiu reforçado do embate eleitoral. Foi eleito um maior número de candidatos mais consequentes na luta pelas liberdades democráticas e pelas reivindicações populares, muitas vezes com expressivas votações. De outro lado, conhecidos reacionários da Arena não conseguiram se reeleger e vários deles, certos da derrota, não tiveram coragem sequer de se candidatar. No interior desse partido, vozes se levantaram em oposição ao regime, e já agora parlamentares e personalidades arenistas começam a ingressar no MDB.

O balanço global das eleições de 1978 é, portanto, muito positivo para as forças antiditatoriais. Elas permitiram, mesmo com todas as restrições impostas pelo regime, que

se realizasse uma importante mobilização na campanha eleitoral. O movimento democrático conseguiu, na prática, passar por cima das medidas restritivas vigentes e provocar um debate em torno dos problemas nacionais, impulsionando o avanço da consciência popular e a elevação de seu nível de unidade, organização e combatividade.

Mais uma vez, como em 1974, o voto popular desferiu poderoso golpe nas pretensões do regime de estabilizar-se nos quadros jurídicos e institucionais por ele mesmo fixados.

II - A ASCENSÃO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES

O país presencia uma ascensão das lutas dos trabalhadores, nas quais a reivindicação específica de recomposição do poder aquisitivo do salário vai se entrelaçando com as exigências de liberdades sindicais e democráticas defendidas pela maioria do nosso povo.

É isto se reflete nos números e na qualidade da movimentação. No 1º de Maio, somente no ABC, reuniram-se mais de 100 mil pessoas numa manifestação promovida por 56 entidades, fato sem precedentes na história do movimento operário e sindical brasileiro. Ao mesmo tempo, entre maio de 1978 e hoje, mais de 1 milhão de trabalhadores foram à greve, sobrepondo-se à legislação repressiva e, na maioria dos casos, impondo derrotas à política salarial do regime. Deste total, aproximadamente 800 mil são operários. As greves ocorreram basicamente em São Paulo (670 mil grevistas), Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas já se estendem a outros Estados.

Levando-se em conta as condições em que se desenvolveu a greve do ABC, com o clima de violência e arbítrio criado pelo governo, é possível afirmar-se que os metalúrgicos obtiveram uma vitória, espelhada na conquista de parte das reivindicações, no levantamento das intervenções nos sindicatos e na recondução das diretorias.

A solidariedade prestada aos trabalhadores grevistas e a seus líderes por numerosas entidades sindicais, por amplos setores da população, por muitos parlamentares do MDB e pela Igreja, entre outras organizações e instituições, contribuiu para o êxito e a larga repercussão política das greves e das comemorações independentes do 1º de Maio, reafirmando o papel central que a classe operária vai assumindo no bloco de forças antiditatorial, conforme já o apontara

sua presença nas eleições parlamentares em 1974.

As greves reforçam a posição já alcançada pela classe operária e pelo movimento sindical. Elas revelaram um elemento novo de grande significação para a luta antiditatorial: as camadas médias urbanas começam também a recorrer a essa forma de luta. Este é um dado novo que se insere no processo político nacional e que interessa ao proletariado como um elemento importante para a sua política de alianças e para a formação de um núcleo de forças mais consequente no interior da ampla frente política e de massas que combate o regime militar-fascista.

Finalmente, é muito importante destacar que, nessas lutas, as massas trabalhadoras vão impondo, de modo concreto, a prática democrática que querem ver florescer na vida do país.

III - AS DIFICULDADES E OS OBJETIVOS DO REGIME

O governo Figueiredo chega ao poder numa situação bastante diversa da encontrada pelos governos ditatoriais anteriores. Instala-se em meio a uma crescente resistência do povo brasileiro e ao agravamento das contradições no seio do regime, não dispondo dos mesmos poderes arbitrários de seus antecessores. A ditadura foi obrigada a revogar o A1-5, a restaurar as imunidades parlamentares e o *habeas corpus* para os chamados crimes políticos; a libertar presos e a permitir o retorno de muitos exilados, o que abriu novas e maiores possibilidades de ação política.

Nesse quadro, o governo tem dito que restabelecerá, num processo gradual, a democracia no país, e que assegurará um desenvolvimento em função dos interesses nacionais e da correção das distorções do «modelo».

Entretanto, perseguindo seus objetivos, a ditadura compôs um novo ministério com diversas alas dos governos anteriores, com a pretensão de unificar o seu próprio campo e as forças armadas, dividir a oposição e isolar as forças mais consequentemente democráticas.

Toda a sua apregoada política de «redemocratização» tem por fim consolidar o atual regime, embora modificado, em continuidade à institucionalização iniciada por Geisel com o «pacote» de abril de 1977 e as «reformas políticas». Os elementos principais de tal institucionalização são as chamadas «salva-

Resolução Política

guardas», a lei de segurança nacional, a lei antigreve, a nova CLT proposta, a antidemocrática legislação eleitoral e de organização partidária, as novas «reformas políticas», entre outros. Mantém-se o conjunto dos órgãos repressivos, ameaçando-se continuamente a oposição com o seu emprego. As greves são declaradas ilegais, o governo intervém em sindicatos, dirigentes e ativistas sindicais são presos. O calendário eleitoral está ameaçado de mudança, pretende-se extinguir o MDB e reprimir a imprensa, e a campanha pela Constituinte é apontada como irrealista e subversiva. A anistia, mesmo a restrita, vem, apesar de contínuas promessas, sendo sistematicamente protelada.

Os porta-vozes do novo governo declaram prioritário o combate à inflação e põem em destaque o estímulo à produção agropecuária «para encher a panela do pobre» e correções na distribuição da renda. Prometem um desenvolvimento que melhore a qualidade de vida do povo. Entretanto, todas as medidas adotadas pelo novo governo, sobretudo o «pacote» econômico-financeiro de abril último, têm um caráter inteiramente oposto a estas declarações e promessas.

Ao optar pelo «desaquecimento» da economia, aprofundando portanto a crise, a política do governo possui um nítido caráter antipopular e antioperário, e, por isso mesmo, antinacional. Não é por acaso que se anuncia agora a venda de empresas estatais lucrativas aos monopólios, sobretudo estrangeiros, e a entrega de grandes extensões da Amazônia legal sob a forma de «contratos de risco». Esta política determina que os esforços do governo se façam no sentido de descarregar a inflação e a crise sobre a classe operária, os camponeses e as camadas médias urbanas, bem como sobre as camadas não monopolistas da burguesia urbana e rural.

Conclui-se daí que o novo governo expressa a continuidade dos anteriores e é igualmente incapaz de resolver os grandes problemas do país. Por outro lado, está obrigado a fazer certas concessões que refletem as conquistas da resistência, da luta antifascista. Mas age assim também porque procura aplicar uma política que lhe permita ampliar a base econômica, social e política dos monopólios e da ditadura. Pretende inclusive assegurar a esta política uma base de massas capaz de contornar o seu crescente isolamento, semear ilusões, dividir a oposição e consolidar o regime.

IV - A SITUAÇÃO EVOLUI NUM SENTIDO FAVORÁVEL AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E AO MOVIMENTO POPULAR

A ação e as conquistas das forças democráticas — e, em particular, o ascenso do movimento operário e sindical — impuseram ao regime várias derrotas e recuos. Continuou a se desenvolver, gradualmente, o processo de isolamento e aprofundamento de contradições no bloco de forças ditatorial. A base social e política do regime estreitou-se

ainda mais, num quadro de agravamento da crise econômica e social do país.

Com importantes repercussões na situação política, também se acentuaram as contradições entre as classes dominantes, entre diversas instituições estatais — principalmente do Parlamento, do Judiciário e das Universidades com o Executivo —, entre os Estados e municípios e o poder central, no interior das forças armadas, da Arena e do próprio ministério Figueiredo, da mesma forma que entre escalões dirigentes e técnicos das empresas estatais, e o governo.

A extinção do A1-5, o restabelecimento do *habeas corpus* para os chamados crimes políticos e de parte das prerrogativas do Legislativo e do Judiciário, as lutas e as conquistas do movimento sindical, os novos espaços políticos e brechas institucionais abertos à movimentação antiditatorial deveriam-se à longa resistência oferecida pelo povo brasileiro e pelas forças democráticas ao regime.

Confirmam-se, pois, as afirmações anteriores de nosso Comitê Central: a situação política nacional continua se desenvolvendo num sentido favorável às forças democráticas e ao movimento popular. Esta é a sua tendência principal, e que se reforça desde «o início de uma etapa qualitativamente nova na luta dos trabalhadores contra o regime».

A ditadura, indiscutivelmente, sofreu modificações, inclusive institucionais, antes de mais nada em decorrência da atual correlação de forças. «Já não pode fazer o que quer da maneira que bem entender; procura reprimir e manobrar, estando cada vez mais condicionada pelo novo quadro de crescente instabilidade política e fortalecimento da oposição». Entretanto, não mudou o seu caráter militar-fascista. Continua a dispor de força e de um aparato jurídico e repressivo, além do comando do Estado, que lhe permitem manobrar e desenvolver iniciativas no terreno político e da repressão, como está ocorrendo.

A luta pelas liberdades democráticas e contra o regime tende a ter nas relações entre o atual governo e o movimento operário e sindical o seu centro nervoso. A perspectiva, portanto, é a de um aprofundamento das lutas econômicas e políticas do proletariado e das massas populares, afirmando-se o conteúdo novo do movimento democrático em curso no país. De um avanço da unidade, organização e luta do conjunto das forças democráticas contra a ditadura. Do aumento das tensões na vida nacional, em razão da política da ditadura, que se contrapõe às aspirações nacionais e populares, num momento de ampliação das lutas democráticas e nacionais e da atividade das massas por melhores condições de vida.

O governo poderá, por isso mesmo, abandonar sua política de «abertura» e tentar impor um retrocesso no país. Mas isso não é inevitável. Ao contrário, é possível opor ao regime um conjunto de forças tão amplo e diversificado que derrote sua política e qualquer tentativa de responder com a violência às lutas operárias e populares e aos novos

avanços das forças democráticas.

Todos os nossos esforços, apoiados no conjunto das tendências positivas em curso, devem orientar-se no sentido de ampliar e tornar irresistível a luta pela derrota da ditadura e pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas.

V - FORJAR A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA, TAREFA CENTRAL DAS FORÇAS OPOSICIONISTAS

A nova situação criada no país — e que demonstra o acerto das linhas essenciais da Resolução Política do VI Congresso do PCB — coloca para os comunistas e para o conjunto das forças de oposição a questão de encaminhamento da luta para alargar as faixas e espaços democráticos já conquistados, até a liquidação da ditadura. Esta situação tornou-se possível graças a um processo de acumulação de forças que hoje permite às massas demonstrar, em suas ações, uma vitalidade que 15 anos de ditadura não conseguiram destruir. Este processo deve ser preservado e desenvolvido.

Trata-se de fazer avançar agora nossa tarefa tática principal, definida pelo VI Congresso, que «consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas». Esta continua a ser a nossa tarefa prioritária, capaz de unir atualmente as forças que desejam o fim do regime, independentemente de seus interesses e de suas concepções políticas, e dos diversos pontos de vista que existem sobre a democracia entre as forças oposicionistas. Nas condições atuais, a conquista pelo proletariado da hegemonia na frente antifascista se constrói principalmente na sua luta firme e unitária pela conquista das liberdades democráticas. Esta tarefa básica abre caminho à nossa luta pela conquista no Brasil de uma democracia política, econômica e social, porque «intimamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa atual e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo», ainda conforme a Resolução Política do VI Congresso.

A luta pela democracia não é, como já afirmamos repetidas vezes, obra de minorias. As forças sociais que se empenham na construção de um regime democrático em nosso país são numerosas e constituídas por várias classes, camadas, setores, correntes de pensamento e segmentos sociais. O que os une, o ponto comum de sua atividade, é o propósito de mudar a situação atual, de buscar, ainda que por meios e com objetivos nem sempre idênticos, uma alternativa democrática para nosso país.

Os comunistas acreditam que as modificações ocorridas na situação nacional, o fortalecimento geral do movimento oposicionista e o conteúdo novo que lhe emprestam as lutas atuais da classe operária e dos trabalhadores exigem um esforço mais alto e dedicado para mudar a situação atual. Isto,

evidentemente, não significa que consideramos ultrapassada a fase da resistência. Significa que, ao lado disso, as forças democráticas podem e devem se propor ações que debilitem ainda mais o regime, reduzam sua área de manobra e façam avançar a acumulação de forças até a derrota da ditadura. Forjar esta solução é, hoje, a tarefa central do movimento popular e do conjunto das forças oposicionistas. Para ela devem ser canalizados os esforços de todos os que vêm se empenhando na luta contra o regime.

Logo, a unidade das forças de oposição é um requisito essencial, sobretudo num momento em que as manobras divisionistas da ditadura se desenvolvem com maior ímpeto e vigor. Para os comunistas, a unidade não é uma questão abstrata. É o resultado de um longo e tenaz esforço, e se constrói no cotidiano das massas populares, a partir de suas reivindicações específicas, transformados todos estes aspectos numa só e única luta pela liberdade. E é também o resultado de uma convergência não espontânea, mas consciente, de diferentes setores da sociedade brasileira com vista ao objetivo comum do estabelecimento da democracia. Sua base é a unidade da classe operária em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas.

Nossa tarefa tática principal permanece sendo a luta pelas liberdades democráticas, o que exige a consolidação das vitórias obtidas e sua ampliação. Na medida em que o proletariado participe desta luta e das lutas por suas reivindicações próprias, ir-se-á reforçando o bloco de forças capaz de derrotar a ditadura. Eis porque nossa tática visa a evitar que a classe operária se isole ou que desempenhe um papel subordinado.

O êxito desta luta, na sua fase atual, exigirá das diversas forças oposicionistas, a cada momento, uma avaliação serena e realista do quadro político, em que exista a flexibilidade tática necessária para passar da resistência à ofensiva, ou vice-versa, e, por vezes, combiná-las no mesmo contexto.

VI - A CONCENTRAÇÃO DOS ESFORÇOS DO PARTIDO: ORGANIZAR E ORIENTAR AS LUTAS OPERÁRIAS

Agora, mais do nunca, nosso Partido deve concentrar o melhor de seus esforços na organização e orientação das lutas da classe operária e do movimento sindical. As greves dos últimos doze meses demonstraram não só a crescente vontade de luta e a capacidade de organização dos setores profissionais envolvidos, mas ainda a necessidade de uma cada vez mais cuidadosa elaboração da tática e do plano de luta dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

Estimulando a potencialidade que todas as categorias de assalariados possuem atualmente, devemos cuidar para que a luta de cada uma delas seja não só adequadamente preparada, mas ainda para que possa contar com uma sólida e crescente solidariedade dos outros trabalhadores e de amplos setores

da população, especialmente nos casos de resistência prolongada e de medidas de repressão empreendidas pelo patronato e pelo governo. Entre as que a experiência indica encontram-se a organização de comissões nas empresas e a constituição de fundos de greve.

Também não pode ser negligenciada a cobertura política para o movimento, e não só no estágio da greve. É imprescindível mobilizar parlamentares, jornais, rádio e televisão, organizações e instituições prestigiosas, para a defesa das reivindicações apresentadas desde o momento mesmo de sua formulação, de modo a assegurar o apoio e a pressão das grandes massas do povo contra as tentativas de «endurecimento» do patronato e do governo.

É necessário compreender ainda que a greve por tempo indeterminado não deve ser a única forma de luta salarial. Outras formas de pressão existem, e muitas vezes a vitória pode ser alcançada ou pelo menos facilitada através das paradas de advertência por tempo curto e limitado, e das demonstrações públicas de massas, por exemplo.

Por fim, é importante compreender que as greves possuem no Brasil de hoje uma conotação eminentemente política, porque atingem um dos pilares da política econômico-financeira do regime e golpeiam a legislação repressiva antioperária e antipopular. Elas assumem, por isso mesmo, um caráter de luta pela conquista direta de direitos políticos e sindicais concretos, como o direito de greve e a autonomia sindical. Assim, precisam e devem contar com o apoio de todas as forças que se opõem à ditadura.

A unidade da classe operária com seus aliados fundamentais exige a intensificação da atividade dos comunistas entre os assalariados agrícolas fixos e volantes, e entre os camponeses, nos bairros populares, entre os setores das camadas médias urbanas, os estudantes, os movimentos femininos e juvenis, e outros, como os contra a carestia, de defesa do meio-ambiente e contra a especulação imobiliária. De todos os setores oprimidos, explorados e descontentes da sociedade brasileira surgem hoje impulsos reivindicatórios, cuja transformação em movimentos organizados é cada vez mais viável. A preocupação com cada um desses movimentos deve acompanhar sempre a atividade dos comunistas.

Na luta pelas liberdades democráticas, a questão da anistia é a mais atual e abrangente. A conquista da anistia ampla, geral e irrestrita para os presos, condenados e perseguidos políticos significará, na prática, um golpe profundo na repressão, e aumentará substancialmente o espaço de movimentação das diversas correntes políticas que lutam contra a ditadura. Ela constitui um passo importante para a formação de novos partidos políticos e para a própria legalidade do nosso Partido. Além disso, é condição necessária para se chegar à eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte efetivamente representativa, através da qual o povo brasileiro possa decidir acerca do regime de

sua preferência.

É possível incorporar massas crescentes da população à campanha pela anistia. É necessário desenvolver neste momento o máximo de iniciativa e estimular a organização de comitês que patrocinem manifestações de nível nacional, regional ou local, onde seja exigida a concessão imediata da anistia.

A exigência do cumprimento do calendário eleitoral se apresenta como outro ponto importante da luta das forças de oposição. Diante das manobras governamentais no sentido da prorrogação dos mandatos municipais ou do estabelecimento do voto distrital, a posição das forças democráticas deve ser clara, firme e unitária. As eleições, em qualquer nível que seja, constituem um momento privilegiado na luta contra o regime, pelas amplas possibilidades que criam de mobilização e expressão populares, de denúncia e de debate dos problemas nacionais.

A questão da sobrevivência e da unidade do MDB assume, na presente situação, especial relevância. Somos favoráveis à livre organização de todas as correntes políticas nacionais em partidos. Consideramos que essa é uma das liberdades necessárias à existência de um regime democrático no país. Mas ninguém ignora que, nas condições atuais, a legislação específica impede na prática a livre organização de qualquer novo partido político, e que a ditadura agita a questão visando a dividir e enfraquecer o único canal político-parlamentar legal de que o povo e as forças de oposição dispõem. Consideramos por isso que se deve fortalecer a unidade do MDB e não permitir que o regime possa dividir as forças oposicionistas. Nas eleições de 1978, o MDB recebeu um mandato popular cuja importância não pode ser subestimada. Abandoná-lo antes da conquista de efetiva liberdade de organização partidária significa abrir mão de uma tribuna e de uma trincheira da luta comum contra o regime.

Compreendemos a atitude das lideranças sindicais que se manifestam pela criação de um partido de trabalhadores. Trata-se de um sintoma do nível político já alcançado pelo movimento sindical, de uma manifestação da justa compreensão já existente de que a luta apenas econômica não basta para resolver os problemas dos trabalhadores. Entretanto, queremos fazer ainda uma ressalva, sobre a qual é nosso dever não silenciar: a criação do projetado Partido dos Trabalhadores não deve envolver os sindicatos como tais; eles devem permanecer organizações classistas unitárias de todos os trabalhadores e, por isso mesmo, apartidárias.

Pensamos que na origem da idéia de criar esse partido há um desencanto com o quadro partidário existente. Isso coloca a necessidade de uma maior sensibilidade do MDB aos problemas sociais. A luta pela democracia não pode ser desligada da luta pelo atendimento das reivindicações mais sentidas e urgentes dos trabalhadores e das massas populares.

O Parlamento recuperou algumas de suas

Resolução Política

antigas prerrogativas e, com elas, novas possibilidades de luta. As forças democráticas e progressistas nele representadas cresceram em número e qualidade. Criaram-se, assim, condições para a formação de um bloco parlamentar que congregue os representantes do MDB e da Arena mais sensíveis à mensagem democrática, capaz de, ao lado da denúncia do regime, propor leis que contribuam para eliminar o arbítrio da ditadura e outras que atendam às reivindicações das massas, e de contribuir concretamente para a unidade, organização e mobilização dos trabalhadores.

A luta pela democracia está intimamente ligada à intensificação da luta pela legalidade do PCB. Não é possível um regime democrático sem a participação de todas as correntes políticas e, entre elas, o Partido Comunista, que sempre lutou e luta pelas liberdades democráticas, pela completa independência nacional e pelo progresso social, e que jamais deixou de participar de todas as lutas dos trabalhadores manuais e intelectuais.

Sendo o anticomunismo a principal bandeira utilizada durante todos esses 15 anos pela ditadura, o reconhecimento do direito à organização legal dos comunistas significará uma decisiva vitória do conjunto das forças que lutam contra o regime e por uma solução democrática para a situação do país. A ilegalidade dos partidos comunistas já é um anacronismo na maior parte do mundo e não se pode considerar como democrata quem discrimina os comunistas. Enquanto não for conquistada a legalidade do PCB, a democracia estará mutilada.

VII - A LUTA PELA PAZ E A SOLIDARIEDADE AOS POVOS IRMÃOS

No momento em que se reúne para analisar as transformações ocorridas na vida política brasileira, o Comitê Central não pode deixar de manifestar a sua condenação à

criminoso agressão do governo de Pequim ao heróico Vietnã. A ação dos dirigentes chineses contra o Vietnã e sua política desenvolvida no mundo todo contra as forças do socialismo, da paz, da democracia e da libertação nacional demonstram mais que tudo até onde podem chegar o hegemonismo e o antievietismo.

A política de paz e de distensão liderada pela União Soviética vem sendo submetida a duras provas pelo imperialismo e pela política do governo de Pequim. A firmeza e a constância da União Soviética e do amplo movimento em favor da paz e pelo progresso social na luta contra a corrida aos armamentos, sobretudo nucleares, pela solução pacífica dos conflitos entre Estados, através de um sem-número de iniciativas concretas, tem impedido que a situação na arena mundial se deteriore. Por isso mesmo a próxima assinatura do acordo soviético-norte-americano Salt-2 constitui expressiva vitória da política de distensão e pelo desarmamento, e comprova que a correlação de forças no plano internacional continua favorável às forças da paz.

A vitória da revolução iraniana, o crescimento das lutas antiimperialistas e antifascistas em nosso continente, a posição da Igreja latino-americana reunida em Puebla, particularmente a da Igreja do Brasil, são fatos recentes favoráveis à luta das forças antiimperialistas e progressistas de todo o mundo.

O PCB conclama seus militantes e todos os brasileiros a prosseguir na luta pela paz e pela coexistência pacífica, a intensificar a solidariedade ao povo vietnamita e à seu glorioso Partido Comunista, e a redobrar a vigilância diante do quadro internacional, estando prontos a denunciar as agressões e ameaças à distensão internacional.

Apoiados nos princípios do internacionalismo proletário, os comunistas tudo farão para mobilizar os trabalhadores em apoio e solidariedade à União Soviética e outros países socialistas, à classe operária interna-

cional e a todos os povos que lutam contra a reação e o fascismo, pela completa independência nacional e pelo progresso social. É agora indispensável intensificar a luta em solidariedade aos povos irmãos de nosso continente, do Oriente Médio, ao povo palestino e aos povos da África em luta contra a reação, o fascismo, o racismo e o apartheid.

VIII - FAZER DO VII CONGRESSO UM GRANDE ACONTECIMENTO NA VIDA DO PARTIDO

As necessidades de um exame das transformações ocorridas no Brasil e no mundo desde o último Congresso do Partido, em 1967, as exigências da luta por nossos objetivos programáticos e estratégicos, pela derrota da ditadura e a conquista das liberdades democráticas, impõem aos comunistas sérias responsabilidades.

O Comitê Central, convencido de que tais exigências só podem ser resolvidas e encaminhadas, conforme as normas estatutárias, pelo conjunto das organizações e militantes do Partido, adotou em 1972 as medidas necessárias à convocação do VII Congresso do Partido, que não se realizou em virtude dos golpes que sofremos.

Hoje, o processo de reorganização do Partido e do trabalho de sua direção, o fortalecimento de nossa unidade de vontade e de ação, em torno da linha política dos Estatutos — cujo princípio diretor é o centralismo democrático — e do CC, reafirmam ainda mais aquelas exigências. Por isso, o CC resolve tomar as medidas necessárias à convocação do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Assim, conclamamos todos os militantes a um grande esforço para a transformação dessa tarefa num acontecimento da maior expressão na vida do Partido, da classe operária e de todo o povo brasileiro.

O Comitê Central do PCB
Maio de 1979

Contra a tentativa golpista na Colômbia

Setores ultra-reacionários das forças armadas da Colômbia, na tentativa de bloquear o ascenso de massas que se desenvolve no país, iniciaram ampla ofensiva anticomunista e antipopular. Procura-se armar um expediente contra o Partido Comunista para colocá-lo na ilegalidade, no momento em que as forças políticas colombianas se preparam para participar da campanha eleitoral de 1980 e exigem o fim do estado de sítio implantado no país.

Esta «operação» se revela na montagem de um conselho de guerra pré-fabricado, dirigido contra alguns dos mais altos dirigentes do PC colombiano e prestigiosos líderes de massas, de antiga e comprovada trajetória nas lutas populares, resuscitando-se o «delito de opinião», e no desmoca-

deamento de uma escandalosa coação física, política e moral contra o camarada Gilberto Vieira, Secretário-Geral do CC do PCC, veterano dirigente do proletariado colombiano e destacada figura do movimento operário e comunista latino-americano e mundial.

Depois da ilegal e violenta prisão do camarada Alvaro Vasquez, da perseguição aos camaradas Jesus Villegas e Roso Osório, e da provocação contra o camarada Gilberto Vieira — todos do secretariado do CC do PCC —, os setores mais reacionários das forças armadas, orientados pela embaixada dos EUA, como diz em carta aberta o PCC, passaram a espezinhar os direitos e liberdades consagrados na Constituição, reiniciam a prática de torturas a presos políticos e anunciam

novos projetos para tornar ainda mais arbitrário o chamado «Estatuto de Segurança», versão colombiana da famigerada Lei de Segurança Nacional brasileira, tudo isso dentro da estratégia geral de conduzir o país a um golpe de Estado militar.

O CC do PCB, ao mesmo tempo em que denuncia essa provocação de tipo macarthista e seus criminosos intentos, chama o povo brasileiro, sobretudo o proletariado e demais trabalhadores, a intelectualidade e as forças progressistas, em geral, para que se manifestem em solidariedade às forças democráticas do povo colombiano irmão. É indispensável e urgente denunciar a tentativa de golpe militar, antipopular e antinacional na Colômbia, e exigir que cesse a onda de provocação contra o camarada Gilberto Vieira, que tenha fim a perseguição contra os dirigentes comunistas e os líderes de massas, e que seja imediatamente libertado o camarada Alvaro Vasquez.

As mensagens de protesto e solidariedade devem ser dirigidas à Embaixada da Colômbia, em Brasília.

O Comitê Central do PCB
Maio de 1979

A CONDIÇÃO DA MULHER E A LUTA PARA TRANSFORMÁ-LA: VISÃO E POLÍTICA DO PCB

A resolução sobre o trabalho entre as mulheres aprovada pelo Comitê Central em sua última reunião foi integralmente publicada em suplemento ao presente número da *Voz Operária*. Dadas as dimensões do texto — que procura fazer face a lacunas acumuladas em 25 anos de atividade do Partido —, publicamos aqui um resumo do documento.

Em sua introdução, diz o documento:

«O CC do PCB, após discutir o informe sobre a Condição da Mulher na Sociedade Brasileira», resolve:

I - Aprovar-lo como subsídio à discussão do Partido sobre a questão feminina e sobre a política do Partido para as mulheres, destacando suas principais teses e conclusões.

II - Aprovar uma orientação política para o trabalho do partido junto à população feminina do país que tem como base: a realidade concreta da condição da mulher no Brasil, as experiências positivas e negativas colhidas pelos comunistas na luta para transformar essa condição, e as novas exigências de sua linha política.

III - Iniciar uma renovação na organização partidária, tanto em relação a sua maneira de pensar como na forma de organizar seu trabalho para levar à prática sua política para a mulher, a fim de que o Partido possa desempenhar um papel efetivo na mobilização de amplas massas femininas e manter-se vinculado a elas, exercendo um papel dirigente e orientador.

No capítulo 1 do documento estão as **TESES E CONCLUSÕES BÁSICAS**, em que são abordados os pontos principais da visão do PCB sobre: A) A condição da mulher — no trabalho, na família e na sociedade, em geral; B) A mulher brasileira, sua luta e sua organização para a transformação de sua condição; C) Forças políticas e movimento feminino; e D) O Partido e a mulher no Brasil (o trabalho com as mulheres dentro do Partido e o trabalho do Partido com as massas femininas).

«Apesar de constituírem metade da população e participarem cada vez mais da produção social — lê-se no início desse primeiro capítulo —, as mulheres brasileiras são ainda hoje, em sua imensa maioria, vítimas das grandes discriminações que sempre pesaram historicamente sobre a condição feminina. O fato de certas modificações positivas terem ocorrido nessa condição não impediu que a mulher continuasse marginalizada na sociedade, explorada e oprimida duplamente (como trabalhadora e como mulher), ocupando nela um lugar secundário e desempenhando um papel de segunda categoria.

Essa situação é agravada pelo tipo de desenvolvimento econômico de nosso país — baseado na superexploração dos trabalhadores, na concentração da renda, na expansão monopolista da propriedade da terra, numa acumulação capitalista selvagem e na dependência crescente ao imperialismo —, que incide sobre a situação de dependência da mulher no trabalho, na família e na sociedade, em geral.

Em conclusão, o CC afirma que «o fascismo instaurado progressivamente no país depois de 64 tornou ainda mais difícil a condição da mulher na sociedade brasileira. Utilizou para isso seu «modelo econômico» e seu «modelo político».

As mulheres, que constituem 52% da população, foram profundamente atingidas pela política da ditadura. Conquistas alcançadas no plano da proteção ao trabalho da mulher passaram a ser liquidadas a pretexto de se pôr fim à desigualdade homem-mulher (foi o que aconteceu com a proibição do trabalho feminino noturno). O agravamento das condições econômicas das famílias, o êxodo rural e a falta de trabalho estimularam a delinquência e a prostituição femininas. A distribuição injusta da renda nacional tornou mais difíceis as condições alimentares e de saúde do povo, principalmente para as mulheres e crianças, que constituem, neste terreno, os grupos mais vulneráveis. O regime impediu o cumprimento de leis como a de criação de creches nas empresas e bairros populares, provocando o crescimento da legião de menores abandonados, cujo número já ultrapassa 15 milhões em todo o país. E, ao lado de tudo isso, criou obstáculos sérios à luta e organização das mulheres, cujos movimentos e lideranças foram duramente perseguidos durante todos esses anos de ditadura.

O capítulo 2 é dedicado à **ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA O TRABALHO DO PARTIDO ENTRE AS MULHERES**. Sua primeira parte (A - A luta pela completa emancipação da mulher) alinha os fundamentos teóricos da orientação aprovada, examinando a contradição mulher-sociedade capitalista no Brasil — que é a decisiva — e a relação homem-mulher, que, embora condicionada pela primeira, não deve ser subestimada. Aí se lê que «a luta contra as desigualdades sociais de que são vítimas as mulheres em todos os terrenos se inscreve necessariamente no combate da classe operária e de todas as forças progressistas, ao lado das lutas contra a exploração de classe e a dominação imperialista e monopolista. São partes de um mesmo combate e a ligação entre elas não tem nenhum significado de oportunismo tático.

(...) O PCB, mesmo levando em consideração pesquisas recentes que ilustram a tese de que as desigualdades entre homens e mulheres já existiam mesmo nas sociedades primitivas, defende a tese marxista de que a contradição mulher-sociedade de classes é a questão mais importante a ser resolvida, já que a sua superação abrirá à mulher o caminho que a levará à sua completa emancipação.

A segunda parte do capítulo 2 - B) A luta pela igualdade de direitos da mulher — é a concretização da orientação política. Segundo o documento, «na medida em que o movimento democrático no país consiga romper as cadeias seculares que têm impedido a mulher de se afirmar como grande

massa protagonista da luta por sua emancipação e de formar sua própria personalidade, estará prestando um serviço imenso não apenas à metade da população do país, mas à nação inteira. Portanto, a luta pela igualdade de direitos da mulher não constitui apenas uma fase, um momento, mas é uma condição para o desenvolvimento geral da sociedade brasileira. É parte integrante da luta pela democratização da vida nacional. A mulher, por seu turno, também está objetivamente interessada na luta pelas liberdades e pela democracia.

(...) Dentro dessa concepção, o PCB considera que sua principal tarefa tática, em seu trabalho entre as mulheres, é mobilizá-las na luta pela igualdade de seus direitos dentro da sociedade, como importante momento da luta per sua emancipação. Porque a democracia não pode ser conquistada e desenvolvida sem a participação ativa e organizada da metade da população do país.

(...) «Embora o cumprimento de tais objetivos diga respeito a todo o movimento democrático, ela cabe antes de tudo às próprias mulheres. E estas, para fazê-lo, necessitam de um instrumento próprio de análise e de luta. Por isso, o PCB apóia e estimula o desenvolvimento no país do movimento feminino democrático» e se propõe a lutar para que se afirme cada vez mais esse seu caráter.

(...) «Sendo democrático, ele será ao mesmo tempo unitário, o que significa não ser apêndice de partidos políticos, ou de correntes filosóficas ou religiosas, em relação aos quais deverá gozar de autonomia. Não confundimos, porém, autonomia com apolitismo. O movimento feminino não deve ser um queto onde as mulheres, analisando o seu cotidiano, separam-no mecanicamente das grandes questões nacionais».

«O movimento feminino deverá estar prioritariamente voltado para as reivindicações específicas da mulher, para a luta pela transformação de sua condição. Será através do exame crítico de seu dia a dia (o trabalho doméstico, a maternidade, a criação dos filhos, a vida conjugal, sua sexualidade, os problemas do bairro e, para as que trabalham, além disso, os abusos dos patrões, as proibições de ir ao toalete, os abortos involuntários por trabalhos pesados, o abandono dos filhos nas horas de trabalho, as despesas por gravidez, etc.) que a mulher ganhará consciência de sua real situação dentro da sociedade e energias para lutar contra ela (...).

«O movimento feminino democrático de que nosso país precisa já está brotando no Brasil de hoje. Ele é uma continuação do movimento feminino bruscamente interrompido pelo golpe militar de 64, revestido de características que emanam das condições novas existentes no país e no mundo. E fruto das lutas democráticas de todo o nosso povo travadas em 15 anos de ditadura. Expressa-se nas organizações femininas existentes, nos movimentos de mulheres que vão surgindo por todo o país, na nova imprensa feminina. E é por isso que, para lutar por nossos objetivos táticos, não é necessário inventar nada de novo. Trata-se apenas de participarmos cada vez mais do movimento feminino tal qual ele existe, com suas qualidades e defeitos, buscando fazê-lo avançar e atingir novos níveis de organização e consciência. Como Partido de classe, devemos concentrar nossos esforços na mobilização da mulher trabalhadora, na mulher assalariada do campo e da cidade, sobre quem recai o

peso principal da exploração capitalista e a opressão ideológica das classes dominantes».

Detalhando em seguida a política de concentração nos setores populares, o documento ressalta que «tal política de concentração não significa reduzir a problemática da mulher a uma questão meramente econômica. Problemas de ordem cultural e jurídica, embora interessem a todas as mulheres, emocionam no momento importantes setores da pequena e média burguesias e mesmo da burguesia. E, portanto, devem merecer nossa atenção».

A Resolução aponta em seguida a necessidade de interligação «do movimento feminino com todo o movimento democrático e, em primeiro plano, com o movimento sindical», e chama a atenção para as possibilidades da luta parlamentar no novo Congresso. Finalmente, considera que poderá ser de grande valia «a existência de uma plataforma

básica de reivindicações que tenha como centro a conquista dos direitos da mulher em todos os planos da vida nacional e na qual figurem reivindicações capazes de serem conquistadas desde agora. Por isso, lança a plataforma anexa, que poderá servir de base para uma ampla discussão e para ações unitárias dos comunistas com as demais forças que compõem todo o universo do movimento de emancipação da mulher brasileira».

No capítulo 3 - **POR UMA RENOVAÇÃO DOS MÉTODOS DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO QUE CONCERNE À SUA ATIVIDADE ENTRE AS MULHERES** — são indicadas as medidas a adotar nos planos ideológico, teórico, político e organizativo. Em primeiro lugar, abrir um amplo debate visando a «eliminar as falsas concepções sobre o assunto, entre as quais se destaca a de que é «natural» a situação de inferioridade da mulher na sociedade e, por

extensão, também dentro do partido» e a «pôr fim à subestimação da tarefa de arrancar a mulher de seu estágio atual de inserção na sociedade, tornando-a protagonista de sua própria emancipação e da emancipação de todo o povo». Entre as medidas no plano organizativo está o recrutamento intensivo de mulheres, atingindo as trabalhadoras e as donas de casa dos grandes núcleos habitacionais populares.

«Finalmente — conclui a Resolução —, devemos considerar dois aspectos essenciais: primeiro, cirar em todas as organizações partidárias as condições necessárias para que um grande número de mulheres assumam, das Organizações de Base ao Comitê Central, um papel destacado em suas atividades; segundo, saber ligar toda essa força combativa às grandes massas de nosso povo, para transformá-la em alavanca de um grande e poderoso movimento feminino de massas».

PLATAFORMA DE LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS DA MULHER

NO TRABALHO:

— DIREITO AO TRABALHO.

— Política visando ao pleno emprego que permita a incorporação da mulher à produção social, com a eliminação de toda e qualquer discriminação por motivo de sexo, idade, estado civil ou maternidade.

— Aplicação efetiva do princípio de salário igual para igual trabalho. Abolição do trabalho gratuito.

— Programa de alfabetização que permita o acesso da mulher à formação profissional. Educação permanente através de centros de capacitação e readaptação, possibilitando uma formação contínua de acordo com a evolução da técnica e da ciência.

— Melhoria das condições gerais de trabalho e sua adequação à presença da mulher na empresa.

— Cumprimento efetivo das disposições da CLT concernentes à proteção da trabalhadora e revogação das que lhe são prejudiciais.

— Extensão e efetiva aplicação da legislação trabalhista e social a todas as trabalhadoras do campo e da cidade.

— Regulamentação do trabalho das empregadas domésticas. Reconhecimento da categoria e direito à livre associação.

— Criação de equipamentos sociais (creches, parques infantis, lavanderias, melhor sistema de transportes, etc.) que, além de criar condições efetivas para o exercício do direito ao trabalho, assegure a participação da mulher na vida política, social e cultural do país.

NA FAMÍLIA:

— DIREITOS E DEVERES IGUAIS PARA A MULHER NO SEIO DA FAMÍLIA.

— Revogação de todos os artigos do

Código Civil, e em especial dos concernentes ao Direito da Família, que consagram a situação de inferioridade da mulher.

— Reconhecimento da maternidade como função social: criação de postos de saúde e maternidades, principalmente nos bairros populares, que permitam uma assistência pré e pós-natal, independentemente das condições sócio-econômicas ou da filiação previdenciária. Proteção à mãe solteira.

— Direito à maternidade consciente: direito do casal a decidir se não deseja ter filhos, ou quando e quantos filhos deseja. Generalização da educação sexual nos estabelecimentos de ensino. Criação de serviços que possibilitem a divulgação dos métodos anticoncepcionais e o acesso da mulher aos mesmos, acompanhado de assistência médica regular. Combate ao controle forçado da maternidade.

— Abolição da legislação punitiva referente ao aborto, que deve ser considerado como último recurso frente a uma gravidez não desejada.

— Divulgação, por todos os meios, dos perigos que o aborto sem assistência médica acarreta para a saúde da mulher.

— Divórcio sem restrições relativas ao tempo de separação, a desquite anterior ou ao número de casamentos.

— Direito à instrução para todas as crianças, com rigorosa observância da escolaridade obrigatória e gratuita até 14 anos. Proibição do trabalho do menor até o limite da idade de escolarização obrigatória.

— Serviços de assistência médico-odontológica na escola. Extensão da merenda gratuita a todas as escolas.

— Criação de creches, parques infantis, jardins de infância destinados à guarda de crianças, inclusive das deficientes. Criação de áreas verdes para recreação.

— Eliminação das concepções tradicionais discriminatórias e da imagem estereotipada da mulher contidas nos materiais didáticos e no que é divulgado pelos meios de comunicação de massa.

MELHORIA DAS CONDIÇÕES GERAIS DE VIDA DA FAMÍLIA:

— FIM DO ARROCHO SALARIAL.

— Combate à carestia.

— Melhoria dos serviços públicos: rede de água e esgotos, transportes, calçamento, combate à poluição, etc.

— Desenvolvimento de um programa de habitação popular a preços acessíveis à maioria da população.

— Melhoria substancial no sistema previdenciário. Prioridade à medicina preventiva. Melhoria e ampliação dos serviços de hospitalização pública e do INAMPS, para atender verdadeiramente às necessidades da população.

DIREITO DA MULHER A PARTICIPAR DA VIDA POLÍTICA DO PAÍS:

— PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS.

— Pela liberdade de expressão, de reunião e de organização política e sindical.

— Fim da legislação de exceção.

— Fim das torturas e perseguições políticas.

— Anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos, exilados e perseguidos políticos.

— Eleições livres e diretas para todos os níveis do Executivo e do Legislativo.

— Convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

— Estímulos à participação da mulher na vida social e política do país.

O Comitê Central do PCB
Maio de 1979